

# Incerteza, Descoberta e Ação Humana: Um Estudo do Perfil Empreendedorial no Sistema Misesiano\*

*Israel M. Kirzner\*\**

**Resumo:** O autor examina até que grau a atividade empresarial misesiana deve ser percebida como o produto da incerteza. A tensão entre a incerteza presente e o erro anterior corresponde exatamente à discordância entre aqueles que enxergam a atividade empresarial misesiana como portadora da incerteza do mercado e aqueles que a veem como o descobridor dos erros anteriores do mercado. Para o autor, essa aparente tensão ilumina algumas sutilezas no conceito de atividade empresarial. A ação empreendedora individual e as forças sistemáticas de mercado, movidas pela liberdade de descoberta empresarial e inovação, alimentam a imaginação humana para alcançar nada menos do que a liberação da humanidade do caos da ignorância mútua completa.

**Palavras-Chave:** Ação Humana, Incerteza, Descobertas, Empreendedorismo, Mises, Processo de Mercado, Tempo, Futuro.

## Uncertainty, Discovery, and Human Action: A Study of the Entrepreneurial Profile in the Misesian System

**Abstract:** The author examines the degree to which the Misesian entrepreneurship should be perceived as a product of uncertainty. The tension between this uncertainty and the above error corresponds exactly to the disagreement between those who see the Misesian entrepreneurship as a bearer of uncertainty in the market and those who see it as the discoverer of the previous errors in the market. For the author, this apparent tension illuminates some subtleties in the concept of entrepreneurship. The individual entrepreneurial action and systematic market forces, driven by freedom of entrepreneurial discovery and innovation, contributing to human imagination to achieve nothing less than the liberation of humanity from the chaos of complete mutual ignorance.

**Keywords:** Human Action, Uncertainty, Discoveries, Entrepreneurship, Mises, Market Process, Time, Future.

**Classificação JEL:** B53, D80, D84

---

\* Artigo publicado originalmente em inglês como: KIRZNER, Israel M. Uncertainty, Discovery, and Human Action: A Study of the Entrepreneurial Profile in the Misesian System. In: KIRZNER, Israel M. (Ed.). **Method, Process, and Austrian Economics: Essays in Honor of Ludwig von Mises**. Lexington: Lexington Books, 1982. 139-59. Traduzido do original em inglês para o português por Evelyn Lima.

\*\* **Israel M. Kirzner** nasceu em Londres, na Inglaterra, em 13 de fevereiro de 1930. É professor emérito de Economia da New York University. Estudou entre 1947 e 1948 na University of Cape Town na África do Sul, entre 1950 e 1951 na University of London, na Inglaterra, e a partir de 1952 no Brooklyn College, por onde obteve em 1954, com *summa cum laude*, o bacharelado em Artes. Sob a orientação de Ludwig von Mises (1991-1973) obteve pela New York University o mestrado em Economia em 1955 e o doutorado em Economia em 1957. É autor de mais de cem artigos acadêmicos, editor de três livros e autor de dez livros, dentre os estes a obra *Competição e Atividade Empresarial* (Ludwig von Mises Institute, 2012).  
E-mail: israel.kirzner@nyu.edu

Um elemento central na economia de Ludwig von Mises (1881-1973) é o papel interpretado pelo empreendedor e a função desempenhada pela atividade empresarial no processo de mercado. O caráter desse processo, para Mises, é decisivamente moldado pela liderança, a iniciativa e a força motivadora exibidas e exercidas pelo empreendedor. Além disso, em uma estrutura intelectual construída sistematicamente sobre a noção de *ação humana* individual – a maneira como seres humanos racionais interagem enquanto buscam atingir seus propósitos individuais –, é altamente significativo que Mises tenha julgado relevante enfatizar que cada agente humano é sempre, em aspectos relevantes, um empreendedor<sup>1</sup>. O presente artigo busca explorar o caráter do empreendedorismo misesiano, especialmente no que se refere à influência exercida pela inescapável incerteza que permeia a vida econômica. Tanto no âmbito da ação humana individual quanto em termos da atividade empresarial num contexto de mercado, devemos nos preocupar em determinar em que grau o empreendedor misesiano deve a própria existência e função à imprevisibilidade de seu ambiente e às incessantes marés de mudanças que reforçam tal caráter.

À primeira vista, essa questão pode não parecer digna de novas pesquisas. Mises, deve-se ressaltar, expressou-se de forma bastante clara em numerosas ocasiões quanto à inseparabilidade entre a função empresarial e a especulação, com relação a um futuro incerto. Por exemplo, escreveu que *“o empreendedor é sempre um especulador”*<sup>2</sup>. Ou, da mesma forma, escreveu que *“empreendedor significa homem agente com respeito às mudanças que ocorrem nos*

*dados do mercado”*<sup>3</sup>. Mais além, quando Mises assinala que todo homem individual agente é um empreendedor, é porque *“toda ação está inserida no fluxo do tempo e, portanto, envolve especulação”*<sup>4</sup>. Em outras palavras, o elemento empresarial não pode ser abstraído da noção de ação humana individual, porque

A incerteza do futuro está implícita na própria noção de ação. Que o homem aja e que o futuro seja incerto não constituem, de forma alguma, realidades independentes, elas são apenas duas diferentes maneiras de enunciar a mesma coisa<sup>5</sup>.

Assim, pode parecer que a essencialidade da incerteza, para o empreendedor misesiano, dificilmente precisa ser estabelecida novamente. É certo que qualquer pretensão de questionar tal essencialidade deve, aparentemente, ser rapidamente descartada.

O que devo discutir neste capítulo não é que o papel da incerteza na função do empreendedor misesiano possa ser, de alguma maneira, menos definitivo do que essas claras afirmações sugerem, mas que esse papel é mais sutil do que pode superficialmente parecer. É essa sutileza do papel desempenhado pela incerteza no sistema misesiano, acredito, que separa este sistema, em aspectos significativos, das visões de outros economistas – como Frank H. Knight (1885-1972) ou George L. S. Shackle (1903-1992) – que enfatizaram o fenômeno da incerteza no contexto do mercado.

## I - O CONTEXTO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO

Em incursões anteriores no campo do empreendedor misesiano, desenvolvi uma interpretação da função empresarial em que o papel da incerteza, por ora reconhecido e certamente não rejeitado, não foi enfatizado. Esta

<sup>1</sup> MISES, L. von. **Human Action: A Treatise on Economics**. New Haven: Yale University, 1949. p. 253. [N. do T.: Todas as citações da obra de Mises em inglês foram substituídas pela versão em português da seguinte edição brasileira: MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3ª Ed., 2010. cit. p. 309].

<sup>2</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 350.

<sup>3</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 310.

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 309.

<sup>5</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 349.

carência em enfatizar a incerteza foi bastante deliberada, e de fato, explicitamente reconhecida<sup>6</sup>. Em lugar de enfatizar a incerteza em que a atividade empresarial está calcada, esses tratados anteriores acentuaram o elemento de *atenção às oportunidades não percebidas até o momento*, que é, disse, crucial para o conceito misesiano de empreendedorismo<sup>7</sup>. Uma vez que a minha posição explicitamente reconhecia o elemento de mudança e incerteza, embora alegasse ser capaz de explicar a qualidade sutil do empreendedorismo sem a necessidade de enfatizar o elemento de incerteza, talvez não seja de surpreender que o meu tratamento tenha recebido ataques de duas perspectivas diferentes. Um sem número de críticos sentiu fortemente que o fracasso em enfatizar o papel da incerteza tornava o meu entendimento da atividade empresarial fundamentalmente deficiente. Ao menos um crítico, por outro lado, foi persuadido pela minha exposição do empreendedorismo ao ponto de que mesmo as minhas referências frugais à incerteza como uma característica inescapável da cena empresarial pareçam completamente desnecessárias e sejam vistas como causadoras de confusões. Uma vez que todos esses críticos estão basicamente de acordo comigo na fidelidade manifesta ao caráter empresarial geral do processo de mercado que atribuo a Mises, há algum tempo, acredito ser isso o que tem fomentado minhas esperanças de aprofundar-me nessas questões com mais profundidade. Uma breve recapitulação dessas discussões prévias parece oportuna como uma introdução à nossa investigação presente.

---

<sup>6</sup> KIRZNER, Israel M. **Competition and Entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago, 1973. p. 86-87. [N. do T.: Todas as citações dessa obra de Kirzner em inglês foram substituídas pela versão em português da seguinte edição brasileira: KIRZNER, Israel M. **Competição e Atividade Empresarial**. Trad. Ana Maria Sarda. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2ª Ed., 2012. cit. p. 80-82].

<sup>7</sup> Ver o segundo capítulo de: KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**. p. 37-82. Ver, também, o décimo capítulo de: KIRZNER, Israel M. **Perception, Opportunity, and Profit: Studies in the Theory of Entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago, 1979.

Minha ênfase no estado de alerta às oportunidades não percebidas até o momento como o elemento decisivo da função empresarial decorre da minha busca por um propósito didático. Esse propósito era distinguir a análise do processo de mercado (um processo no qual o empreendedor interpreta o papel principal) tão nitidamente quanto possível da análise de estados de equilíbrio (do qual todo o escopo da atividade empresarial tem sido ignorado). Acontece que, no equilíbrio, todas as decisões de mercado de alguma forma já alcançaram uma coordenação mútua completa. Tem-se suposto que os participantes do mercado tomem suas respectivas decisões com informação perfeitamente correta em relação às decisões que todos os participantes tomam ao mesmo tempo<sup>8</sup>. Contanto que as presentes atitudes de consumo e possibilidades de produção fundamentais tenham êxito, está claro que podemos confiar no mesmo conjunto de decisões tomadas a cada período por um número indefinido de períodos futuros. Por outro lado, na ausência de tal coordenação de decisões de equilíbrio perfeito, um processo de mercado está em movimento, em que os participantes do mercado são motivados a aprender mais precisamente a antecipar as decisões alheias. Nesse processo, a descoberta empresarial dos hiatos, motivada por lucros, na coordenação mútua de decisões, é um elemento crucial. A atividade empresarial impulsiona esse processo mercadológico de descoberta mútua ao sempre exibir tal estado de alerta para as oportunidades de lucro (como o mercado automaticamente traduz os hiatos de coordenação existentes). Ao mesmo tempo que a atividade empresarial é, sem dúvidas, especulativa, a busca por oportunidades de lucro é uma atividade proposital e deliberada, a

ênfase no estado de alerta previamente existente na ação tem a intenção de assinalar que, longe de estarem entorpecidos pela inevitável incerteza de nosso mundo, os homens *agem segundo seus julgamentos* de que

---

<sup>8</sup> HAYEK, F. A. **Individualism and Economic Order**. London: Routledge and Kegan Paul, 1949. p. 42.

algumas oportunidades não foram exploradas por outros<sup>9</sup>.

Ao desenvolver esse aspecto da atividade empresarial fui levado a ressaltar a apreensão do lucro empresarial puro como essencialmente redutível à exploração de oportunidades de arbitragem. A consciência mútua, imperfeita, da parte de outros participantes do mercado gera a emergência de mais de um preço para uma mesma cesta de bens econômicos; o estado de alerta do empreendedor à oportunidade de lucro apresentada por essa discrepância de preços permite-lhe ganhar os lucros (e, fazendo-o, tende a pressionar os preços em direção a um ajuste mais próximos com os outros). Ao enfatizar, assim, o caráter de arbitragem do lucro puro, a ênfase foi deliberadamente afastada do caráter especulativo da atividade empresarial que produz lucro puro ao antecipar corretamente os movimentos *futuros* dos preços<sup>10</sup>.

Diversos críticos (de certo modo, amigáveis) expressaram sérias ressalvas com relação à minha deliberada ausência de realce para o caráter especulativo da atividade empresarial. Henry Hazlitt (1894-1993) apontou que minhas repetidas referências à percepção de oportunidades por parte do empreendedor falham em deixar claro que, na melhor das hipóteses, o empreendedor *acredita* perceber oportunidades; que aquilo por que o empreendedor *“age pode não ser uma percepção, mas uma suposição”*<sup>11</sup>. Murray N. Rothbard

<sup>9</sup> KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**. p. 82 (grifos no original).

<sup>10</sup> Tal atividade foi incluída sob arbitragem apontando a similaridade formal entre (1) comprar e vender em diferentes mercados hoje e (2) comprar e vender em diferentes mercados em diferentes datas. Ver: KIRZNER. **Competição e Atividade Empresarial**. p. 80-82.

<sup>11</sup> HAZLITT, Henry. Review of Competition and Entrepreneurship. **Freeman**, Vol. 24, No. 12 (December 1974): 756-760, cit. p. 759. Preocupações similares parecem ser expressas em: GREAVES, JR. Percy L. Review of Competition and Entrepreneurship. **Wertfrei: A Review of Praxeological Science**, 1 (Spring 1974): 17-20, esp. p. 18-19.

(1926-1995) endossou uma contestação de Robert Hébert, da Auburn University, na qual minha definição de empreendedor é nitidamente distinta daquela de Ludwig von Mises. Segundo Hébert:

Mises concebe o empreendedor como o portador de incertezas [...]. Para Kirzner, por outro lado, a atividade empresarial fica reduzida à qualidade de estar em “estado de alerta”; e a incerteza parece ter pouca relação com a questão<sup>12</sup>.

Embora admita que o meu tratamento do empreendedor possui *“uma certa quantidade de justificação textual em Mises”*, Rothbard não vê isso como um apoio genuíno de minha leitura do empreendedor no texto misesiano, mas como o resultado de uma *“certa falta de clareza pouco característica na discussão de Mises sobre o empreendedorismo”*<sup>13</sup>.

Muitos anos atrás, em um artigo mais minucioso, Lawrence H. White, da George Mason University, também deplorou minha deliberada falha em destacar a incerteza na análise do empreendedorismo. Este tratamento, argumenta White, promove a negligência de qualidades importantes da atividade empresarial que surgem precisamente da passagem do tempo e da incerteza gerada pela perspectiva de mudanças não antecipadas, destinadas a decorrer durante a jornada rumo ao futuro. Restringir a atividade empresarial a um conceito de arbitragem é, em particular, deixar de reconhecer a função altamente importante desempenhada pela *imaginação* empresarial<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Ver: ROTHBARD, Murray N. Professor Hebert on Entrepreneurship. **Journal of Libertarian Studies**, 7, 2 (Fall 1985): p. 281-286, cit. p. 281.

<sup>13</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 284.

<sup>14</sup> WHITE, L. H. Entrepreneurship, Imagination, and the Question of Equilibrium. In: LITTLECHILD, Stephen (Ed.). **Austrian Economics: Volume III**. Aldershot: Edward Elgar, 1990. p. 87-104. Ver também: WHITE, L. H. Entrepreneurial Price Adjustment. (Ensaio inédito apresentado, em novembro de 1978, na reunião da Southern Economic Association, em Washington, D.C.). p. 36, n. 3.

Por outro lado, meu tratamento da atividade empresarial foi criticado por Jack High, da George Mason University, de um ponto de vista diametricamente oposto. High aceita a definição de atividade empresarial em termos de um estado de alerta às oportunidades de lucro puro. Ele prossegue, apontando que

[Nada] nessa definição requer incerteza. A definição requer ignorância, porque a oportunidade não foi descoberta mais cedo; ela requer erro, porque a oportunidade poderia ter sido descoberta mais cedo, mas a definição não requer incerteza<sup>15</sup>.

High é, portanto, crítico às passagens em que a incerteza é ligada diretamente ao empreendedorismo<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> HIGH, Jack. Review of Perception, Opportunity and Profit. *Austrian Economics Newsletter*, Vol. 2, No. 3 (Spring 1980): 14.

<sup>16</sup> As críticas de High a minhas referências à incerteza como uma característica do ambiente empresarial foca mais especificamente naquilo que ele acredita ser o meu uso da incerteza para “servir como a característica que distingue entre empreendedorismo e sorte” (Idem. *Ibidem.*). Aqui, parece haver definitivamente uma confusão sobre minha posição. Longe de ser a presença da incerteza na atividade empresarial o que separa o lucro empresarial de um golpe de sorte, o caso é quase o exato oposto. O que marca o lucro empresarial como diferente de um golpe de sorte é que, apesar da (inevitável) incerteza que poderia ter desencorajado o empreendedor, na verdade, o primeiro é deliberadamente buscado. Aonde a sorte confere ganhos pode bem refletir a circunstância em que a incerteza deste ganho deteve o agente de sequer sonhar em obtê-lo. A leitura de High aparentemente resulta de sua compreensão de uma passagem que cita de minha obra *Perception, Opportunity and Profit* (p. 159-60) para representar o caso de um ganho totalmente afortunado. Na realidade, a passagem citada não se refere à sorte de maneira alguma. Se uma pessoa sabe que seu trabalho pode converter horas vagas pouco valorizadas em maçãs muito valorizadas, as maçãs auferidas pelo trabalho duro não constituem um golpe de sorte. O ponto das passagens citadas é que a lei de Menger mostra como não há qualquer ganho de valor advindo desse trabalho, uma vez que o agente já teria atrelado o valor mais alto dos fins aos meios disponíveis. Nossa discussão neste capítulo, porém, baseia-se na suposição de que a insatisfação de High com o meu tratamento da incerteza na atividade empresarial não repousa unicamente na maneira como diferencio lucros empresariais de golpes de sorte.

Claramente, o papel da incerteza no ambiente empresarial, e em particular, sua relação com a precaução do empreendedor para evitar o erro demandam maiores explicações. O que segue pode não satisfazer meus críticos (de ambos os lados). Tenho confiança, porém, em que minha discussão de algumas das possivelmente mais óbvias ligações entre a incerteza e o estado de alerta irá, se não exatamente absolver-me da acusação de intransigência, ao menos ser testemunha do meu grato reconhecimento da extremamente profunda importância dos problemas levantados por meus críticos.

Nossa investigação será facilitada por um cuidadoso exame do sentido em que cada indivíduo engajado em ação humana está, como o supracitado de Mises, exercendo a atividade empresarial<sup>17</sup>. Ou, colocando a questão diferentemente, será útil explorar mais precisamente o que distingue a ação humana da atividade de cálculo puramente mecânico de decisões alocativas economizadoras.

Argumentei, em trabalhos anteriores, que o conceito de ação humana enfatizado por Mises inclui um elemento empresarial inextirpável que está ausente na noção de economia, da alocação de recursos escassos entre fins competitivos, que foi articulada por lord Lionel Robbins (1898-1984)<sup>18</sup>. À primeira vista, parecem existir dois aspectos distintos da ação humana misesiana que podem ser considerados como aquilo que a separa da atividade econômica robbinsiana. Precisamos questionar se estes são de fato dois aspectos distintos da ação humana ou como eles se relacionam ao elemento empreendedor que a ação humana contém (mas a atividade alocadora robbinsiana, não). Esses dois aspectos da ação humana (não presentes na atividade economizadora) podem ser identificados como (1) o elemento da ação que está além do escopo da “racionalidade” como ferramenta explana-

---

<sup>17</sup> MISES. *Op. cit.*, p. 309.

<sup>18</sup> Ver: KIRZNER. *Competição e Atividade Empresarial*. p. 37-42. Ver, também: Kirzner, *Perception, Opportunity and Profit*. p. 166-68.

tória, e (2) o elemento da ação que constitui a descoberta do erro. Vamos considerar cada um deles.

## II - OS LIMITES DA RACIONALIDADE

Talvez a característica central da pura atividade economizadora é que ela nos permite explicar o comportamento por referência ao postulado da racionalidade. Com uma dada estrutura de metas ordenadas e de recursos escassos disponíveis para serem dispendidos, a racionalidade (no limitado sentido de consistência do comportamento com o ordenamento relevante de fins dado) assegura um padrão único de alocação de recursos; a tomada de decisões pode ser completamente compreendida à luz de uma dada estrutura de meios e fins. Não há parte alguma de uma decisão que não possa ser explicada; dado o ambiente, as decisões tomadas são inteiramente determinadas (e, portanto, completamente explicadas); qualquer outra decisão teria sido simplesmente impensável.

Por outro lado, a noção de ação humana misesiana engloba a própria adoção da estrutura de meios e fins a ser considerada relevante. A adoção de qualquer sistema particular de meios e fins é um passo que é logicamente (embora não necessariamente cronologicamente) anterior àquele da alocação de meios consistentemente com o dado ordenamento de fins. Se a decisão humana for percebida como incluindo a seleção do ambiente de meios e fins, então temos um elemento dessa decisão que não pode, é claro, ser explicado por referência à racionalidade. A consistência da ação não é suficiente para considerar esse ordenamento de fins em termos dos quais a própria consistência deve ser definida. Dessa forma, a totalidade da ação humana não pode, mesmo em princípio, ser explicada com base na racionalidade. Uma ciência da ação humana não pode deixar de admitir – mesmo após o perfeito reconhecimento do formidável poder explanatório do postulado da racionalidade – que a história humana, dependente como

é da inexplicada adoção de metas e consciência dos meios, contém um forte elemento do inexplicado e até do espontâneo. Esses são temas que têm sido, é claro, extensivamente desenvolvidos por G. L. S. Shackle. “*Escolha e razão são coisas diferentes em natureza e função, a razão serve aos propósitos escolhidos, não faz a seleção entre eles*”<sup>19</sup>.

Pode-se supor que um homem deva agir sempre em resposta racional a suas “circunstâncias”: mas essas “circunstâncias” podem, e devem, ser em parte criação de sua própria mente [...] Nessa história solta, com as escolhas de ação dos homens sendo escolhas entre pensamentos que florescem indeterminadamente em suas mentes, podemos crer que eles *iniciarão* cadeias de eventos em algum sentido real<sup>20</sup>.

Em uma era anterior, muitas críticas do papel do postulado da racionalidade na teoria econômica focavam em casos de comportamento aparentemente não racional, comportamento oriundo de impulsos impetuosos ou de hábitos impensados<sup>21</sup>. É simplesmente irrealista, estas críticas discorreram, supor que a atividade econômica represente o resultado exclusivo da deliberação. O homem age muito frequentemente sem deliberação cautelosa; ele não pesa os custos e benefícios de suas ações. Este não é o escopo para avaliar essas críticas ou lidar com os debates que eles engendraram há três quartos de século ou mais. Mas é talvez importante apontar que os limites da racionalidade discutidos nesta seção têm pouco a ver com as discussões baseadas em impulsividade e servidão a hábitos. Não está de forma alguma sendo afirmado aqui que a ação humana envolve a seleção irrefletida de fins. As decisões humanas podem, é claro, envolver a mais agonizantemente cuidadosa apreciação de cursos de ação alternati-

<sup>19</sup> SHACKLE, G. L. S. *Epistemics and Economics*. Cambridge: Cambridge University, 1972. p. 136 (grifos no original).

<sup>20</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 351.

<sup>21</sup> Ver, também: KIRZNER, Israel M. *The Economic Point of View*. Princeton: Van Nostrand, 1960. p. 167.

vos para escolher aquele que parece propenso a oferecer o mais estimável dos resultados. Ao enfatizar que o postulado da racionalidade é incapaz de explicar a seleção de uma estrutura de meios e fins, não estamos sugerindo que essa seleção ocorra sem deliberação, mas meramente que os resultados dessa deliberação não podem ser preditos com base no postulado da consistência; essa deliberação é essencialmente criativa. Pode-se prever a resposta a que um matemático competente irá chegar ao se engajar em um dado problema de computação (da mesma forma como se pode saber com antecedência a resposta para esse problema que será produzida por um computador eletrônico); porém, não se pode, da mesma maneira, prever qual problema computacional o matemático irá deliberadamente escolher abordar (como não se pode prever quais problemas serão escolhidos para alimentar o computador eletrônico).

A questão pode ser apresentada em uma versão alternativa. Pode-se sempre distinguir, dentro de cada decisão humana, um elemento a que o raciocínio se aplica de forma consciente de um elemento no qual o raciocínio se envolve sem consciência. Um homem almeja um objetivo específico com grande avidez; mas a deliberação o convence, vamos imaginar, de que é de seu interesse não revelar essa avidez aos outros (digamos, porque os outros poderiam então cruelmente negar-lhe tal objetivo). A estudada indiferença com que ele mascara sua busca pela meta exhibe o escopo para ambos os elementos: (1) seu aparente desdém é de fato deliberado e estudado, ele sabe precisamente a razão pela qual é importante que finja desinteresse; mas (2) ele pode não ter qualquer consciência de como chegou a esse julgamento para agir sob a suposição de que outros podem maldosamente procurar frustrar sua conquista. Simplesmente decide agir assim. Sua decisão é refrear-se da inocência de perseguir com avidez muito evidente aquilo que avidamente deseja; mas sua decisão ainda é inocente no sentido de que ele, por exemplo, não buscou (conforme podem sugerir as razões relacionadas à estratégia de

longo prazo) ostensivamente fingir ignorância da maldade alheia. Independentemente de quão calculista o comportamento de um homem possa ser, parece impossível evitar aceitar, sem ponderações, alguma estrutura dentro da qual conscientemente realizam-se comparações de custo-benefício. Um homem decide exibir o comportamento *a*. Podemos chamar a atividade mental de tomar essa decisão de atividade *b*. Agora o homem *pode* ter decidido (no curso da atividade *c* de tomada de decisão) engajar-se na atividade *b* de tomada de decisão (ou ele pode ter simples e impulsivamente se engajado na atividade *b* de tomada de decisão). Mas mesmo se o seu envolvimento na atividade *b* de tomada de decisão (como um resultado de qual comportamento *a* foi escolhido) for por si mesmo o resultado de decisões mais “elevadas”, em algum nível a decisão mais elevada do nosso tomador de decisões foi tomada de maneira absolutamente inconsciente.

Esse aspecto extra-robbinsiano da ação humana, o aspecto que envolve a criativa, imprevisível seleção da estrutura de meios e fins, pode também ser, de forma muito útil, estabelecida em termos de conhecimento. Dado seu conhecimento da estrutura relevante de meios e fins, a decisão de um homem pode ser prevista sem dúvidas; é simplesmente uma questão de computação. Até o ponto em que, porém, esse homem deve “decidir” o que, por assim dizer, ele sabe, e em que sua determinação não é, em geral, baseada inevitavelmente em outro conhecimento inequivocamente possuído, o comportamento de um homem não é previsível de forma alguma. O que um homem acredita saber não é em si o resultado de uma decisão calculista<sup>22</sup>. Essa noção da existência de limites para a racionalidade facilitará nossa análise da importante ligação que existe entre esses limites e o fenômeno da incerteza.

Na ausência de incerteza, seria difícil evitar a suposição de que cada indivíduo

---

<sup>22</sup> Ver, também: KIRZNER. *Perception, Opportunity and Profit*. cap. 9.

sabe, de fato, as circunstâncias que envolvem sua decisão. Sem a incerteza, portanto, a tomada de decisões não mais pediria por qualquer determinação imaginativa e criativa de quais são as circunstâncias reais. A tomada de decisões exigiria meramente cálculos competentes. Seus resultados poderiam, em geral, ser previstos sem dúvidas. O julgamento humano não teria lugar.

Com a incerteza ausente, as energias dos homens são devotadas totalmente a fazer as coisas; [...] em um mundo assim construído, [...] parece provável que [...] todos os organismos [seriam] autômatos [...]<sup>23</sup>.

“Se o homem conhecesse o futuro, ele não teria de escolher e não iria agir. Seria como um autômato, reagindo a estímulos sem qualquer vontade própria”<sup>24</sup>. Logo, o aspecto extra-robbinsiano da ação humana, o aspecto responsável por tornar a ação humana imprevisível e explicável apenas de forma incompleta em termos de racionalidade surge da inerente incerteza da situação humana. Caso, então, se escolha identificar a atividade empresarial com a função da tomada de decisões face à incerteza presente ou ao ambiente futuro, certamente parece que a ação humana misesiana inclui um elemento empreendedor (enquanto a economia robbinsiana não).

Antes, contudo, de formarmos nossa opinião nesse ponto, devemos considerar o segundo elemento, mencionado ao final da seção precedente, que distingue a ação humana misesiana da tomada de decisões alocadoras robbinsiana.

### III – A DESCOBERTA DO ERRO

Para chamar a atenção para esse elemento da ação humana, devo utilizar um artigo anterior no qual tentei identificar aquilo que pode representar o “lucro empresarial” na ação individual bem-sucedida dentro do

contexto de Crusoé<sup>25</sup>. O lucro empresarial no contexto de Crusoé, conforme descoberto, pode ser identificado somente quando Crusoé descobre que estava, até então, preso a uma valoração erroneamente baixa sobre os recursos que comanda. Até então, Crusoé tem gastado seu tempo capturando peixes com as próprias mãos. Nesse momento, percebeu que pode usar seu tempo de forma muito mais valiosa construindo um barco ou tecendo uma rede.

Descobriu que havia atribuído um valor incorretamente baixo ao seu tempo. A realocação de seu trabalho da pesca para a construção de um barco é uma decisão empreendedora e, supondo que sua decisão esteja correta, produz lucro puro na forma do valor adicional descoberto como a consequência do trabalho que empregou<sup>26</sup>.

Esse lucro puro (crusoeniano) deriva da situação em que, no instante da descoberta empreendedora, a lei de Menger é violada. A lei de Menger ensina que os homens valoram os bens de acordo com o valor da satisfação que depende da posse desses bens. Essa lei surge da propensão do homem a atribuir o valor dos fins aos meios necessários para sua obtenção. No momento da descoberta empreendedora, Crusoé percebe que os fins alcançáveis com seu tempo de trabalho possuem valor mais alto que os fins que ele anteriormente buscara atingir:

O valor que Crusoé tem até agora atribuído ao seu tempo é *menor* do que o valor dos fins que ele agora persegue. A discrepância é, no âmbito do indivíduo, lucro puro [...]. Uma vez que a estrutura de meios e fins antiga tenha sido completa e inquestionavelmente substituída pela nova, é claro, é o valor do novo fim que Crusoé passa a imputar a seus meios [...]. Porém, durante o instante do salto de fé empreendedor, há espaço para a descoberta de que, de fato, os fins alcançados são muito mais valiosos do

<sup>23</sup> Knight, Frank H. *Risk, Uncertainty and Profit*. New York: Houghton Mifflin, 1921. p. 268.

<sup>24</sup> MISES. *Op. cit.*, p. 349.

<sup>25</sup> Ver, o décimo capítulo de: KIRZNER. *Perception, Opportunity and Profit*. esp. p. 158-64.

<sup>26</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 162.

que ele havia até o momento suspeitado. Essa é a descoberta do lucro puro empresarial (Crusoeniano)<sup>27</sup>.

O escopo da atividade empresarial, então, parece estar enraizado na possibilidade da descoberta do erro. No contexto do mercado, o estado do equilíbrio geral, desde que não forneça absolutamente nenhum espaço para a descoberta de discrepâncias lucrativas entre preços e custos, não permite nenhuma oportunidade para a descoberta empreendedora e revela ser preenchido completamente por maximizadores robbinsianos. Da mesma forma, agora parece, a situação na qual Crusóé está alocando seus recursos sem erros – com o valor dos fins sendo completa e impecavelmente conectado aos meios relevantes em estrito acordo com a lei de Menger – não permite escopo para o elemento empreendedor da ação humana. A ação humana, sem âmbito para a descoberta do erro, colapsa, restando a atividade alocadora robbinsiana.

Claramente, essa maneira de identificar o elemento empreendedor que está presente na ação humana misesiana, mas ausente na atividade economizadora robbinsiana, encaixa-se bem com a abordagem que define a atividade empresarial como o estado de alerta às oportunidades não percebidas até o momento<sup>28</sup>. No contexto do mercado, a atividade empresarial é evocada pela presença de oportunidades de lucro puro ainda não exploradas. Essas ocasiões são evidência do fracasso de seus participantes, até o presente momento, em avaliar corretamente a realidade da situação de mercado. Também no âmbito do indivíduo, é atraente argumentar, um elemento empreendedor da ação é evocado pela existência de oportunidades privadas ainda não exploradas. Agir de forma empreendedora é identificar situações ignoradas até o momento por causa do erro.

#### IV - INCERTEZA E/OU DESCOBERTA

Nossa discussão nos levou a identificar dois elementos aparentemente distintos da ação humana, cada um dos quais possui alegações plausíveis para constituir o elemento empreendedor da ação que a separa da atividade de mero puro cálculo economizador: (1) Por um lado, vimos que parece plausível associar a atividade empresarial com o elemento dentro da ação humana no qual a própria estrutura para a atividade de cálculo economizador é, em um mundo aberto e incerto, selecionada como sendo relevante. É aqui que encontramos espaço para as imprevisíveis, criativas, imaginativas expressões da mente humana – expressões que não podem por si próprias ser explicadas em termos do postulado da consistência. Logo, a atividade empresarial, no mundo de Crusóé, é consequência única e peculiarmente de que, como um resultado da inescapável incerteza da situação humana, não se pode supor que o homem agente esteja certo do ambiente relevante para a atividade de cálculo. Ele deve, usando quaisquer dons empreendedores que possua, *escolher* um ambiente. (2) Por outro lado, como vimos, parece ser talvez igualmente plausível associar a atividade empresarial com o aspecto da ação humana no qual o indivíduo alerta percebe a existência de oportunidades que havia até então deixado de perceber. O escopo da atividade empresarial, no caso de Crusóé, surge então, não da incerteza presente com que agora é preciso engalfinhar-se na tomada de decisões, mas de um erro anterior do qual a descoberta empreendedora deve agora oferecer proteção.

Devemos frisar que essas identificações alternativas do elemento empreendedor da ação aparentam, ao menos sob um primeiro escrutínio, ser genuinamente diferentes uma da outra. É claramente verdade que o erro passado (do qual, por um ângulo, buscamos a descoberta empreendedora para nos resgatar) deva ser atribuído à incerteza disseminada que caracteriza o nosso mundo (e, inevitavelmente, às mudanças caleidoscópicas

---

<sup>27</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 163.

<sup>28</sup> Ver, por exemplo: KIRZNER. *Competição e Atividade Empresarial*. p. 28.

responsáveis por essa incerteza). Mas para descobrir oportunidades até então ignoradas (devido a uma falha anterior em irromper a neblina da incerteza) não parece de modo algum ser a mesma tarefa que selecionar entre cenários presentes alternativos para o futuro dentro do qual a atividade calculadora deverá ser empreendida. Além disso, quaisquer que sejam as possíveis razões para o erro passado, o erro em si implica meramente ignorância, e não necessariamente incerteza<sup>29</sup>. Escapar da ignorância é uma coisa; lidar com a incerteza é outra.

Essa tensão que descobrimos no campo da ação humana em Crusoé, entre a incerteza presente e o erro passado como fontes da atividade empresarial, deve claramente ser relacionada de imediato com a nossa exploração mais geral deste capítulo. Este capítulo preocupa-se em determinar até que grau a atividade empresarial misesiana deve ser percebida como o produto da incerteza. A tensão que agora descobrimos entre a incerteza presente e o erro anterior corresponde exatamente à discordância que encontramos entre aqueles que enxergam o empreendedorismo misesiano essencialmente como o portador da incerteza do mercado e aqueles que o veem como o descobridor dos erros anteriores do mercado. Minha alegação é que a nossa ciência dessa aparente tensão pode iluminar algumas sutilezas no conceito de atividade empresarial que, do contrário, provavelmente seriam ignoradas. Nosso procedimento para desenvolver essa hipótese será o seguinte: procuraremos mostrar que, em um entendimento mais profundo do significado de incerteza e da descoberta do erro no espectro das ações individuais, a tensão entre eles dissolve-se de uma forma que revelará a completa significância dessa vigilância empreendedora no âmbito do indivíduo. Em seguida, perseguiremos a analogia entre o escopo da atividade empresarial no nível individual e aquele da atividade empresarial no nível de mercado, usando essa analogia para identificar precisamente os

papéis relativos, na atividade empresarial de mercado, da incerteza e do “estado de alerta”.

## V - AÇÃO E “ESTADO DE ALERTA”

O homem age, à luz do futuro como o vislumbra, para melhorar sua situação nesse porvir. As consequências percebidas da ação de um homem, porém, fluem do impacto dessas ações no curso efetivo de eventos futuros (em contraste com aquele vislumbrado). O grau em que os planos de um homem para a melhoria de sua perspectiva de futuro são concretizados depende do grau em que o futuro vislumbrado por ele corresponde ao futuro que, de fato, ocorre. Não há nenhum conjunto natural de forças ou restrições que assegurem a correspondência entre o futuro visualizado e o futuro concretizado. Pode parecer, à primeira vista, que os dois possam divergir um do outro com total liberdade. O curso futuro dos eventos, em geral, não é limitado por previsões passadas; tampouco, infelizmente, são as previsões limitadas pelo curso efetivo de eventos futuros que essas previsões buscam antecipar. Aparentemente, então, sem nada que garanta a correspondência entre o futuro efetivo e o futuro como é contemplado, pode parecer que as ações bem-sucedidas sejam inteiramente uma questão de boa sorte. De fato, se o homem estiver ciente da aparente incapacidade de vislumbrar o futuro corretamente, a não ser como uma questão de pura sorte, não fica claro por que (a não ser pelos prazeres da aposta em si) o homem se importa sequer em agir. Mas é claro, o impressionante fato da história humana é que o homem realmente age, e que suas escolhas são feitas em termos de um futuro vislumbrado que, embora de maneira alguma seja uma imagem fotográfica do futuro como irá efetivamente se desdobrar, ainda não está completamente livre das amarras relativas a esse futuro realizado.

Para ser genuína, a escolha não deve ser aleatória nem predeterminada. Deve haver alguns espaços para a escolha, mas estes devem ser inadequados; deve haver alguma

<sup>29</sup> Ver nota 15 deste artigo.

possibilidade de prever as conseqüências da escolha, mas nenhuma de perfeita previsão<sup>30</sup>.

“A essência da situação é a ação de acordo com a opinião, [...] não a completa ignorância nem a completa e perfeita informação, mas o conhecimento parcial”<sup>31</sup>. As escolhas genuínas que formam, estamos convencidos, a história humana, expressam a convicção do homem de que o futuro tal qual vislumbrado por ele possui certa correspondência, em algum grau, com o futuro que irá de fato se desenrolar. A incerteza do futuro reflete a noção humana de que essa correspondência está longe de ser completa; o fato de que o homem, de qualquer modo, age e escolhe reflete a convicção de que essa correspondência está longe de ser negligenciável. De onde surge essa correspondência, por mais incompleta que seja? Se não há restrições garantindo a correspondência, como a ação humana pode ser qualquer coisa senão a mais absoluta boa sorte?

A resposta para esse dilema certamente repousa na circunstância do homem ser *motivado* a formular o futuro conforme o vislumbra, tão precisamente quanto possível. Não é uma questão de duas tramas se desenrolando: uma, a do futuro realizado, e a outra, de uma série fantasiosa de imagens daquilo que o futuro pode ser. Em vez disso, o homem agente realmente tenta construir sua imagem do futuro de modo a corresponder à como será realizada a verdade. Ele verdadeiramente tenta ver o futuro, espiar através da névoa. É, então, motivado a *causar* a correspondência entre o futuro vislumbrado e o realizado. Os esforços propositados do homem para melhorar sua condição são responsáveis não só por suas escolhas, tais quais construídas diante de um dado futuro previsto; tal propósito, talvez seja de modo mais notável, o responsável pelo incrível fato de que esse futuro vislumbrado realmente coincide de forma significativa com

o futuro que realmente se desdobra (as previsões, é claro, não precisam ser feitas, explicitamente, antes da ação; estão contidas, quiçá de modo inconsciente, na própria ação). Chamamos essa propensão motivada do homem a formular uma imagem do futuro de “estado de alerta” humano. Fosse o homem totalmente incapaz de precaver-se, não agiria de modo algum: a própria cegueira quanto ao futuro roubar-lhe-ia toda estrutura para agir (na verdade, se o homem carecesse absolutamente do potencial para predizer o futuro, seria difícil identificar até mesmo a noção de erro: se o homem imprecavido agisse, não seria com base em um futuro erroneamente previsto. Não seria com base em nenhuma previsão relevante. Sem reconhecer que poderia ter evitado – caso estivesse mais atento – a imagem incorreta do futuro, ele não poderia, em sentido significativo algum, culpar a si mesmo por ter errado).

Certamente devemos admitir que esse “estado de alerta” – que nos oferece a única pressão para limitar o futuro vislumbrado de um homem a apresentar alguma correspondência com o futuro a ser realizado – é o que estamos buscando ao empregar a expressão “o elemento empresarial da ação humana”. A atividade alocativa robbinsiana não contém tal elemento, já que no escopo atribuído a essa atividade não é considerada nenhuma divergência possível entre o futuro tal como imaginado e o futuro tal como de fato ocorre. Deve ser observado que o “estado de alerta” empresarial que identificamos não consiste meramente em “ver” o desenrolar da trama do futuro no sentido de visualizar um fluxo pré-ordenado de eventos. A disposição do empreendedor para precaver-se deve, essencialmente, admitir a ciência dos meios pelos quais o agente humano pode, por atos de fé imaginativos e corajosos, e com determinação, de fato, *criar* o futuro para o qual os atos presentes são pensados. Conforme argumentaremos numa seção subsequente, essa última expressão do “estado de alerta” empresarial não afeta seu caráter formal essencial – que permanece sendo o de garantir que uma tendência para o contexto futuro visuali-

<sup>30</sup> LOASBY, B. J. **Choice, Complexity and Ignorance**. Cambridge: Cambridge University, 1976. p. 5.

<sup>31</sup> KNIGHT. *Op. cit.*, p. 199.

zado como subsequente à ação presente mostre alguma semelhança realista ao futuro que será realizado.

Devemos notar, ao compreender esse elemento empresarial da ação humana, dois aspectos: (1) Percebemos o que dá oportunidade para a atividade empresarial. A chance é dada pela completa liberdade com que o futuro, tal qual vislumbrado, pode, sem o “estado de alerta” empresarial, divergir do futuro como, de fato, será. A precaução empresarial tem uma função a cumprir. (2) Percebemos aquilo que dá o incentivo para ativar o “estado de alerta” empresarial. Esse incentivo é oferecido pelo apelo do lucro empresarial puro a ser apropriado ao migrar de um futuro previsto com menos exatidão para um futuro previsto com mais exatidão. Cada passo dado na caminhada rumo a uma visão do futuro que coincida mais expressivamente com a verdade não é meramente um passo mais próximo da verdade (isso é, um sucesso empresarial positivo); é também um passo lucrativo (isso é, um passo que aumenta o valor dos recursos com os quais a ação pode ser tomada).

Vistos dessa perspectiva, a tensão entre o ambiente de incerteza no qual a ação ocorre, por um lado, e o aspecto de descoberta do erro da ação, por outro lado, podem aparentar dissolver num instante. Esses dois aspectos da ação devem ser vistos imediatamente como dois lados de uma mesma moeda empresarial. Se a incerteza fosse apenas uma condição inconveniente da vida à qual o homem devesse passivamente ajustar-se, então seria razoável discriminar entre as atividades bem distintas da experimentação da incerteza, de um lado, e a descoberta do erro, de outro. Escapar dos erros presentes é uma coisa; digladiar-se com a incerteza do futuro é outra. Mas, como notamos, escolher significa aventurar-se, sob o incentivo da apropriação do lucro puro, a identificar uma imagem mais fidedigna do futuro. O ato de lidar com a incerteza é motivado pelo lucro a ser auferido ao evitar o erro. Ao ver a questão desse modo, a distinção entre escapar do erro presente e evitar o erro potencial futuro deixa de ser im-

portante. A descoberta do erro é uma característica interessante da ação porque oferece incentivo. Eis o incentivo que inspira o esforço de atravessar a névoa da incerteza que envolve o futuro. Lidar com a incerteza significa buscar superá-la por meio de uma presciência mais acurada; descobrir o erro é simplesmente o aspecto dessa empreitada que lhe confere uma atração incentivadora. A imaginação e a criatividade com as quais o homem ilustra o futuro vislumbrado são inspiradas pelos ganhos puros que serão auferidos ao certificar-se de que o futuro visualizado não seja, de fato, menos brilhante do que aquele que pode tornar-se verdade.

Devemos descobrir na próxima seção que essas reflexões acerca da atividade empresarial no nível da ação individual têm suas exatas contrapartes na atividade empresarial no contexto de mercado. Será útil sumarizar brevemente os pontos-chave que aprendemos sobre a atividade empresarial individual: (1º) A atividade empresarial na ação individual consiste no esforço para assegurar uma maior correspondência entre como é vislumbrado o futuro do indivíduo e como, de fato, o futuro se desenrolará. Esse esforço consiste na atenção individual ao que quer que possa trazer pistas sobre o futuro. Esse “estado de alerta”, concebido de maneira ampla, abraça os aspectos da imaginação e da criatividade pelos quais o indivíduo pode por si mesmo garantir que seu futuro vislumbrado se realize. (2º) A chance da atividade empresarial é dada pela incerteza do futuro. Para nossos propósitos, a incerteza significa que, na falta dessa disposição para a previsão empresarial, a visão do futuro de um indivíduo pode divergir com total liberdade do futuro realizado. Na ausência do “estado de alerta” empresarial, somente o mero acaso pode ser responsável pela ação bem-sucedida. (3º) O incentivo para “ativar” um estado de operosa vigilância empresarial é oferecido pelos ganhos puros (ou pela fuga das perdas) a serem derivadas da substituição de uma ação baseada em uma presciência menos correta por uma ação baseada num futuro mais realisticamente visualizado. A rejeição

do erro empresarial não é meramente uma questão de ser mais fiel à verdade, ela também é, por acaso, mais lucrativa.

## VI - ATIVIDADE EMPRESARIAL NO MERCADO

Nossa análise do elemento empresarial na ação individual nos permite enxergar o papel da atividade empresarial no mercado sob uma nova luz. Devemos descobrir, no contexto de mercado, elementos que correspondem precisamente aos seus análogos no contexto individual. Vamos considerar o que acontece nos mercados.

Em um mercado, ocorrem trocas entre os participantes<sup>32</sup>. Na ausência de conhecimento mútuo perfeito, muitas das trocas são inconsistentes umas com as outras. Algumas vendas são feitas a preços baixos, ao passo que alguns compradores compram a preços altos. Alguns participantes do mercado não compram nada porque não estão cientes da possibilidade de comprar a preços baixos o suficiente para serem atrativos. Claramente, as ações desses compradores e vendedores são, da perspectiva da onisciência, descoordenadas e inconsistentes. Percebemos que, embora a presunção do conhecimento perfeito, necessária ao equilíbrio do mercado, limitasse as diferentes transações do mercado à completa consistência mútua, o conhecimento imperfeito permite a essas diferentes transações em diferentes partes do mercado divergir, aparentemente com completa liberdade. A única coisa que tende a introduzir um pouco de consistência e coordenação nesse cenário, evitando uma situação na qual mesmo o mais ínfimo grau de coordenação pudesse existir somente como fruto do simples acaso, é a atividade empresarial de mer-

cado, inspirada pelo apelo do lucro puro de mercado. Estamos agora em posição de identificar, no contexto de mercado, os elementos que correspondem aos aspectos-chave já identificados no âmbito do empreendedorismo individual.

Correspondente à incerteza na medida em que afeta a ação individual, temos a descoordenação de mercado. A liberdade com que o futuro vislumbrado por um indivíduo pode divergir do futuro a ser realizado corresponde precisamente à liberdade com que as transações feitas em uma parte do mercado podem divergir das transações feitas em outro lugar. Na ausência da atividade empresarial, é apenas por puro acaso que as transações de mercado entre diferentes compradores e vendedores são realizadas com base em qualquer coisa que não sejam termos mais incivilizados e inconsistentes. Não há nada que force uma negociação de preços mutuamente satisfatória entre um par de negociantes reflita qualquer relação específica às correspondentes negociações praticadas por outros pares de negociantes.

Correspondente ao erro do indivíduo, temos a divergência de preços no nível do mercado. O conhecimento perfeito (como na atividade alocadora individual robbinsiana) impede o erro. O equilíbrio de mercado (consequência do conhecimento universal perfeito) impede divergências de preços.

O elemento empresarial individual permite ao indivíduo escapar da perturbadora liberdade com que as divergências entre os futuros vislumbrados e os futuros realizados podem ocorrer; o empreendedor cumpre a mesma função para o mercado. A função do empreendedor é trazer diferentes partes do mercado a uma coordenação mútua. O empreendedor de mercado constrói pontes entre os hiatos no conhecimento mútuo, hiatos que, do contrário, permitiriam que os preços divergissem com completa liberdade.

Correspondente ao incentivo para o empreendedorismo individual oferecido por visões mais realistas do futuro, temos, no nível de mercado, o incentivo dado pelas

---

<sup>32</sup> Nossa discussão procede em termos do mercado para uma única mercadoria. Isso deve ser estabelecido, sem alterar os essenciais em nenhum aspecto, em termos mais gerais. Ver também a seção subsequente deste ensaio.

oportunidades de lucro empresarial puro. O lucro de mercado consiste no hiato entre os preços gerados pelo erro e as inconsistências de mercado – assim como a fonte do ganho privado é a descoberta de uma divergência presente entre o futuro imaginado e o futuro efetivo.

As proposições seguintes dizem respeito a atividade empresarial, no contexto do mercado; elas correspondem precisamente àquelas afirmadas na conclusão da seção anterior<sup>33</sup>: (1) A atividade empresarial no mercado consiste na função de assegurar maior consistência entre as diferentes partes do mercado. Expressa-se no “estado de alerta” empresarial para quais transações estão, de fato, disponíveis em diferentes partes do mercado. Apenas esse “estado de alerta” que é o responsável pela tendência no sentido de manter essas transações em algum tipo de consistência mútua. (2) O escopo da atividade empresarial de mercado é oferecido pelo conhecimento imperfeito que permite às transações de mercado divergir daquilo que seria um padrão mutuamente inconsistente. (3) O incentivo para a atividade empresarial de mercado é dado pelos ganhos puros a serem auferidos ao perceber divergências existentes entre os preços pelos quais as transações de mercado estão disponíveis em diferentes partes do mercado. É o apelo do lucro de mercado que inspira o “estado de alerta” empresarial.

## VI - TEMPO, INCERTEZA E ATIVIDADE EMPRESARIAL

Nossa analogia entre o empreendedorismo no indivíduo e a atividade empresarial no mercado enfatizou apenas os aspectos mais salientes da analogia. Certas qualidades

adicionais da função empresarial no mercado precisam ser percorridas mais exaustivamente. No contexto individual, a divergência (cuja limitação é a função da atividade empresarial) era entre o futuro antecipado e realizado. A origem residia na incerteza imediatamente aparente. No contexto de mercado, a divergência (cuja limitação é função da atividade empresarial) se dava entre as transações em diferentes partes do mercado. Sua origem foi estabelecida em termos do conhecimento mútuo imperfeito entre os participantes do mercado. Sua relação com a incerteza não foi afirmada. Isso requer tanto amplificação quanto modificação.

Nossas afirmações a respeito da atividade empresarial de mercado se deram em termos do mercado para uma única mercadoria, dentro de um único período. Deve ficar claro que nada essencial é perdido quando nossa amostra do mercado é expandida para incluir muitas mercadorias e, em particular, a passagem do tempo. Isso não quer dizer, é claro, que a introdução da passagem do tempo não abra oportunidade para reflexões adicionais. Apenas defendemos que as perspectivas adquiridas no contexto de período único para a atividade empresarial não devem ser perdidas de vista no caso multi-período, muito mais complexo.

Quando introduzimos a passagem do tempo, são multiplicadas as dimensões pelas quais a ignorância mútua pode se desenvolver. Os participantes do mercado, em parte dele no momento, não apenas podem ser imperfeitamente cientes das transações disponíveis em outras partes desse mercado, como também podem estar imperfeitamente cientes das transações disponíveis no mercado do ano seguinte. A ausência de consistência entre diferentes partes do mercado presente é vista como um caso especial de uma noção mais ampla de inconsistência, que inclui também a inconsistência entre as transações de hoje e aquelas a serem transacionadas no próximo ano. Um preço baixo hoje pode ser neste sentido inconsistente com os preços altos que prevalecerão no ano seguinte. O es-

<sup>33</sup> Os três pares de afirmações podem ser vistos como adições às duas listas de doze afirmações desenvolvendo a analogia entre o indivíduo e o mercado, fornecida em: KIRZNER. *Perception, Opportunity and Profit*. cap. 10, p. 170-72, 173-75.

copo da atividade empresarial de mercado, no contexto da passagem do tempo, surge então da necessidade de coordenar os mercados também no tempo. O incentivo para a atividade empresarial de mercado ao longo da dimensão intertemporal é dado não por lucros de arbitragem gerados por mercados atuais descoordenados, mas, de forma mais geral, pelos lucros especulativos gerados pelas situações de mercado imperfeitamente coordenadas na sequência do tempo. E, é claro, a introdução da atividade empresarial de coordenar os mercados ao longo do tempo introduz, para os empreendedores individuais engajados na atividade empresarial de mercado, precisamente as considerações que compreendem o futuro incerto que nós, até agora, consideramos apenas no contexto do indivíduo isolado.

É por causa dessa última circunstância que devemos reconhecer que a introdução da passagem do tempo, embora deixando intocada a função geral formal da atividade empresarial de mercado, irá, é claro, introduzir modificações substanciais na maneira como devemos imaginar que o empreendedorismo seja exercido concretamente. Ainda é verdade, como notado, que a função empresarial é criar uma tendência para que as transações em diferentes pares do mercado (concebidas amplamente agora, de modo a incluir as transações iniciadas em diferentes tempos) sejam feitas com uma consistência mútua maior. Todavia, enquanto, no caso da atividade empresarial em um mercado de período único (isso é, o caso do empreendedor como árbitro), o estado de alerta empresarial significava atenção a fatos presentes, no caso de mais de um período, o estado de alerta empresarial deve significar atenção ao futuro. Segue que a atividade empresarial de mercado no caso de mais de um período introduz a incerteza como confrontando o empreendedor não apenas na analogia oferecida na seção anterior – em que o análogo de mercado para a incerteza revelou-se como a liberdade com a qual as transações em diferentes partes do mercado atual podem, de

forma incontida, divergir por serem mutuamente consistentes – mas, também, como no simples sentido do estado de alerta do empreendedor à liberdade com que seu próprio futuro visualizado (compreendendo as futuras transações de mercado) pode divergir do futuro realizado. Em particular, o futuro que a atividade empresarial deve confrontar introduz a possibilidade de que o empreendedor, por suas próprias ações criativas, de fato construa o futuro como *ele* desejar que seja. No caso de período único, o estado de alerta pode, no máximo, descobrir fatos presentes até então ignorados. No caso com múltiplos períodos, o estado de alerta empresarial deve incluir a percepção do empreendedor quanto às maneiras pelas quais a ação criativa e imaginativa pode moldar de forma vital o tipo de transações que serão iniciadas em períodos futuros do mercado.

Assim, o exercício do estado de alerta empresarial no contexto de mercado multi-período irá, sem dúvida, exigir qualificações pessoais e psicológicas que não eram necessárias no caso de um só período. Para ser um empreendedor bem-sucedido, a pessoa deve, agora, possuir as qualidades da visão, coragem, determinação e criatividade que associamos anteriormente ao elemento empresarial da ação individual com respeito a um futuro incerto. Não pode haver dúvidas de que, no exercício concreto da função empresarial, essas qualidades psicológicas e pessoais são de importância ímpar. É nesse sentido que tantos autores estão indubitavelmente corretos ao ligar a atividade empresarial com a coragem e a visão necessárias para *criar* o futuro em um mundo incerto (em vez de ligar unicamente com a visão daquilo que está debaixo de nossos narizes).

A função da atividade empresarial de mercado, contudo, no contexto de vários períodos ainda é aquela expressa na seção anterior. O que a atividade empresarial de mercado possibilita é uma tendência a que as transações em diferentes partes do mercado (incluindo o mercado em diferentes datas) tornem-se coordenadas. O incentivo

que inspira essa coordenação empresarial é o apelo do lucro puro – a diferença para os valores de mercado resultantes da coordenação menos completa até o momento. Essas reflexões permanecem verídicas para o caso multi-período não menos do que para o caso de arbitragem. Para alguns propósitos, é sem dúvida importante chamar atenção aos requerimentos psicológicos concretos dos quais depende a tomada bem-sucedida de decisão empresarial. Para outros propósitos, no entanto, tal ênfase não é requerida. Na verdade, essa ênfase pode desviar a atenção daquilo que é, da perspectiva do funcionamento geral do sistema de mercado, certamente, a qualidade essencial da atividade empresarial: suas propriedades de coordenação do mercado.

Vamos lembrar que, para o indivíduo, a atividade empresarial envolvia não apenas o ônus da incerteza, mas também sua superação. A incerteza é responsável pelo que, na ausência da atividade empresarial, seria uma incapacidade de perceber o futuro de uma maneira suficientemente realista para permitir a ação. A atividade empresarial, por assim dizer, afasta em certa medida a névoa envolvente da incerteza, permitindo a ação propositada. É essa função da atividade empresarial que se deve ter em mente ao estudar o processo de mercado. A incerteza que caracteriza o ambiente dentro do qual a atividade empresarial de mercado interpreta seu papel de coordenadora deve ser completamente reconhecida; sem ela, não haveria necessidade ou escopo para a atividade empresarial. Mas um entendimento dos méritos da atividade empresarial exige que reconheçamos, não tanto o grau em que a incerteza é a característica indissociável da existência humana, mas o grau em que tanto a ação individual quanto a coordenação social através do mercado podem ocorrer significativamente, apesar da incerteza do futuro (e apesar também do análogo da incerteza que, na ausência de um árbitro, embaçaria mesmo o mercado de período único).

## VII - REFLEXÕES ADICIONAIS SOBRE A INCERTEZA E O “ESTADO DE ALERTA”

Podemos ver agora como aqueles escritores que negaram que o papel empresarial genuíno abarcava o ônus da incerteza estavam corretos, muito embora fossem, em parte, irrelevantes. Tanto Joseph A. Schumpeter (1883-1950)<sup>34</sup> quanto John Bates Clark (1847-1938)<sup>35</sup> insistiram que apenas o capitalista arca com os riscos dos negócios; o empreendedor genuíno não tem, por definição, nada a perder. Sem dúvidas, tudo isso é verdade, para determinados fins, mas o que é importante nessa ligação do empreendedor ao fenômeno da incerteza não é que seja o empreendedor aquele que aceita as inutilidades associadas a presunção dos perigos dos negócios em um mundo incerto. O importante é que o empreendedor, motivado pelo apelo dos lucros puros, tente transpor as incertezas e se esforce para enxergar a verdade que possibilitará uma ação lucrativa de sua parte.

Muitos economistas podem resistir muito para aceitar a noção de estado de alerta empresarial em relação a um futuro incerto. Na verdade, muitos podem desejar rejeitar a própria formulação que viemos empregando para esquematizar a incerteza do futuro. Para nós, a incerteza significava a liberdade essencial com que o futuro vislumbrado pode divergir do futuro realizado. O estado de alerta empresarial significava a capacidade de impor limitações a essa liberdade, de modo que a visão de futuro do empreendedor possa de fato coincidir, em nível significativo, com o futuro que

<sup>34</sup> SCHUMPETER, Joseph A. **The Theory of Economic Development**. Cambridge: Harvard University, 1934. p. 137; Idem. **History of Economic Analysis**. Oxford: Oxford University, 1954. p. 556. Ver, também: Kanbur, S. M. A Note on Risk Taking, Entrepreneurship and Schumpeter. **History of Political Economy**, 12 (Winter 1980): 489-98.

<sup>35</sup> CLARK, J. B. Insurance and Business Profit. **Quarterly Journal of Economics**, Vol. 7, Issue 1 (October 1892): 40-54, cit. p. 46. Citado em: KNIGHT. *Op. cit.*, p. 38.

está tentando vislumbrar. Muitos resistirão, no entanto, a tratar o futuro como algo que deva ser descoberto.

O presente é determinado de maneira exclusiva. Pode ser testemunhado [...]. O que é o futuro senão o vácuo? Chamá-lo de futuro é admitir a suposição de que já 'existe' e está apenas esperando para aparecer. Se assim for, se o mundo for determinista, então é inútil falar de escolhas<sup>36</sup>.

Do mesmo modo, muitos se recusam a enxergar o empreendedor como alguém "atento às oportunidades", como se essa terminologia sugerisse que as futuras oportunidades já "existem" e estão simplesmente esperando ser agarradas. "Projetos empresariais não estão esperando por ser buscados tanto quanto esperam por ser criados"<sup>37</sup>.

O que talvez precise ser enfatizado mais uma vez é que, ao usar expressões como "agarrar oportunidades futuras", "ver o futuro correta ou incorretamente", ou a "discrepância entre o futuro vislumbrado e o futuro realizado", não desejamos sugerir nenhum determinismo com relação ao futuro. Sem dúvida, dizer que uma pessoa vê o futuro (com maior ou menor exatidão) é empregar uma metáfora. O futuro que alguém "vê" é um futuro que pode, na verdade, ser construído, de modo significativo, por ações, que devem ser informadas por essa mesma visão. Certamente essas metáforas são úteis e instrutivas. Sonhar realisticamente de uma maneira que inspire a ação criativa e bem-sucedida é "ver corretamente", em comparação às fantasias que inspiram desventuras absurdas ou à água fria despejada pelo pessimista injustificadamente tímido que paralisa todos os esforços de melhoria. "O futuro", aprendemos, "é inquestionável, mas não inimaginável"<sup>38</sup>. Reconhecer a

imprevisibilidade do futuro é reconhecer a essencial indeterminação e incerteza que envolvem a existência humana; mas, obviamente, ao fazê-lo, não precisamos atrelar a existência humana ao caos mais totalmente descoordenado. Falar sobre visão empresarial é chamar atenção, pelo uso de uma metáfora, aos formidáveis e benignos poderes coordenativos da imaginação humana. Os economistas austríacos, por princípio, se negaram a enxergar o mundo como completamente cognoscível, como passível de interpretação por modelos de equilíbrio nos quais a incerteza estivesse eliminada. Seria ainda mais infeliz se, ao buscar cumprir essa recusa, os economistas caíssem em um tipo de erro não menos sério. Esse erro seria a incapacidade de compreender como a ação empreendedora individual e as forças sistemáticas de mercado, movidas pela liberdade de descoberta empresarial e inovação, alimentam a imaginação humana para alcançar nada menos que a liberação da humanidade do caos da ignorância completa. O conceito de ação humana de Mises e sua análise do papel dos processos empresariais de mercado, certamente, permanecem, neste particular, contribuições únicas e ainda insuficientemente apreciadas na compreensão profunda da sociedade humana. ∞

---

<sup>36</sup> SHACKLE. *Epistemics and Economics*. p. 122.

<sup>37</sup> WHITE. *Entrepreneurship, Imagination, and the Question of Equilibrium*.

<sup>38</sup> LACHMANN, L. M. From Mises to Shackle: An Essay. *Journal of Economic Literature*, Vol. 14, No. 1 (March 1976): 54-62, cit. p. 59.